

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAROLINE OLIVEIRA DE MOURA

**A DESIGUALDADE EDUCACIONAL DE GÊNERO E SEUS IMPACTOS SOBRE O
MERCADO DE TRABALHO: UMA APRECIÇÃO DA LITERATURA**

CURITIBA

2017

CAROLINE OLIVEIRA DE MOURA

**A DESIGUALDADE EDUCACIONAL DE GÊNERO E SEUS IMPACTOS SOBRE O
MERCADO DE TRABALHO: UMA APRECIÇÃO DA LITERATURA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Rangel de Meireles Guimarães

CURITIBA

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

CAROLINE OLIVEIRA DE MOURA

A DESIGUALDADE EDUCACIONAL DE GÊNERO E SEUS IMPACTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO: UMA APRECIÇÃO DA LITERATURA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Rangel de Meireles Guimarães
Departamento de Economia, UFPR.

Profa. Dra. Denise Maria Maia
Departamento de Economia, UFPR.

Profa. Dra. Aline Cristina da Cruz
Departamento de Economia, UFSJ.

Curitiba, 08 de dezembro de 2017.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelas graças alcançadas e por ter me conferido forças para realizar este trabalho.

Agradeço a minha mãe e a minha irmã, pelo amor e carinho indispensáveis para continuar nessa jornada, e também ao meu pai, pois sei que ele está comigo e olha por mim.

Agradeço a minha orientadora desta monografia, Profa. Dra. Raquel Guimarães, pela paciência e pelos conhecimentos compartilhados.

Agradeço também ao meu namorado, por todo o apoio e por não ter me deixado desistir.

Enfim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, e também àqueles que, de alguma forma, me incentivaram a continuar.

*"We cannot all succeed when half
of us are held back."*

Malala Yousafzai

RESUMO

Ao longo dos últimos anos, as desigualdades educacionais de gênero têm sido objeto de estudo para diversos autores e para diversos organismos internacionais. Uma dimensão importante para o desenvolvimento econômico é como esses diferenciais educacionais estão correlacionados com as desigualdades no mercado de trabalho. O objetivo dessa monografia é analisar a literatura sobre as desigualdades educacionais de gênero sobre os aspectos da quantidade e qualidade e o impacto desses, nos dias atuais, para o mercado de trabalho. Em síntese, a literatura aponta que os meninos são mais propensos a terem atitudes indisciplinadas na escola e a abandonarem a escola mais cedo e que as meninas, apesar de terem bom desempenho escolar geral, apresentam baixa representação em certos campos de estudo. Além disso, a literatura também revela que as desigualdades educacionais têm impacto nos indicadores de emprego, nas ocupações exercidas por homens e mulheres e nos níveis de remuneração, ainda que não sejam as únicas causas. Conclui-se, portanto, que existe a necessidade de implementação de políticas educacionais e políticas com foco no mercado de trabalho que assegurem a igualdade de oportunidades para homens e mulheres, levando ao crescimento econômico e proporcionando bem-estar para os indivíduos.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Mercado de trabalho. Impactos econômicos.

ABSTRACT

Over the last few years, gender educational inequalities have become the object of study for several authors and for several international organizations. An important dimension to economic growth is how these educational differentials are correlated with inequalities in the labor market. The objective of this monograph is to analyze the literature on gender educational inequalities on aspects of quantity and quality and the impact of these, in the current day, on the labor market. In summary, the literature points out that boys are more likely to have undisciplined attitudes in school and to drop out of school earlier and that girls, despite having a good overall school performance, are poorly represented in certain fields of study. In addition, the literature also reveals that educational inequalities have an impact on employment indicators, occupations performed by men and women, and levels of remuneration, although they are not the only causes. It is concluded, therefore, that there is a need to implement educational policies and policies focused on the labor market that ensure equal opportunities for men and women, leading to economic growth and providing well-being for individuals.

Key-words: Education. Gender. Labour Market. Economics impacts

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CTEM	- Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática
ENADE	- Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
NAEP	- Avaliação Nacional do Progresso Educacional - EUA
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PISA	- Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
TIC	- Tecnologia da Informação e Comunicação
TIMSS	- Tendências Internacionais em Matemática e Ciência

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	DIFERENCIAIS DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO: O PAPEL DA QUANTIDADE E DA QUALIDADE	12
2.1	DESIGUALDADE DE GÊNERO E QUANTIDADE DE EDUCAÇÃO	12
2.2	DESIGUALDADE DE GÊNERO E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO	16
3	DIFERENCIAIS EDUCACIONAIS DE GÊNERO E SEUS IMPACTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO.....	20
3.1	DESIGUALDADE EDUCACIONAL DE GÊNERO E EMPREGO.....	20
3.2	DESIGUALDADE EDUCACIONAL DE GÊNERO E OCUPAÇÃO	23
3.3	DESIGUALDADE EDUCACIONAL DE GÊNERO E SALÁRIOS	26
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
	REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

É indiscutível a importância da educação para a economia. Diversos estudos evidenciam a influência da educação, como capital humano, para o crescimento e desenvolvimento econômico. De acordo com a teoria do capital humano, a educação torna as pessoas mais produtivas, aumenta seus salários e influencia o progresso econômico. Schutz (1964), o principal formulador da teoria de capital humano, afirma que o aperfeiçoamento e a qualificação da população, resultantes de investimentos em educação, elevam a produtividade dos trabalhadores e os lucros dos capitalistas, afetando a economia como um todo. Ainda também, segundo a análise do capital humano de Becker (1994), a escolaridade aumenta os ganhos e a produtividade, principalmente, ao fornecer conhecimento, habilidades e formas de resolver problemas.

A igualdade de oportunidades para homens e mulheres é também fundamental para o crescimento econômico e para o bem-estar. Fornecer às meninas e mulheres igual acesso à educação, à saúde e ao trabalho, não só alimenta economias sustentáveis, mas também beneficia economicamente a sociedade como um todo (UNESCO, 2017). Além dos seus efeitos diretos sobre a participação econômica, a educação também afeta outras áreas indiretamente, como mortalidade infantil, fecundidade, saúde pessoal e maior investimento na educação e na saúde das gerações futuras (OECD, 2012).

Nesse contexto, o investimento no capital humano das mulheres é fundamental para o crescimento econômico e a coesão social, especialmente, nos países em desenvolvimento, nos quais a diferença de gênero na educação ainda é ampla e os potenciais ganhos econômicos da educação das meninas, consequentemente, substanciais (BARRO; LEE, 1994; SCHULTZ, 2002). O aumento geral da escolaridade nos últimos cinquenta anos foi responsável por cerca de 50% do crescimento econômico observado nesse período, sendo mais da metade é atribuído ao maior nível de escolaridade entre as mulheres (OECD, 2012).

Muitas vezes considerada como uma resposta às exigências de habilidades necessárias para o século XXI, a expansão educacional, a partir dos anos 2000, se caracterizou pelo crescimento considerável da educação terciária. Segundo o *Education at a Glance 2016*, em média, nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), 35% dos indivíduos entre 25 a 64 anos

possuem ensino terciário. E evidenciando a expansão educacional, a dimensão de indivíduos entre 25 e 34 anos de idade com ensino terciário é de 42% nos países da OCDE, muito maior que a proporção de indivíduos entre 55 e 64 anos de idade (26%). No entanto, é importante ressaltar que existem variações notáveis entre os países, nos quais alguns ainda apresentam índices menores que a média, como o Brasil (16%), a África do Sul (14%) e a Indonésia (11%) (OECD, 2016).

Apesar do progresso educacional, ainda existem disparidades de gênero na educação a serem discutidas. Estudos apontam que, a partir do ensino superior, jovens do sexo feminino estão sub-representadas nas áreas de Matemática, Ciências Físicas e Computação, mas dominam os campos da Biologia, Medicina, Agricultura e Humanidades (OSBORNE; SIMON; COLLINS, 2003). Essas diferenças de gênero são evidentes na escolha da área de conhecimento dos estudantes da educação profissional de nível médio e podem ser atribuídas às percepções tradicionais de papéis e identidades de gênero, bem como aos valores culturais, por vezes, associadas a campos específicos de educação (OECD, 2016).

Se, por um lado, existem desigualdades educacionais para as meninas, por outro, existem indicadores que mostram prejuízo para os meninos. O relatório do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), de 2012, aponta que os estudantes do sexo masculino são significativamente mais propensos a se comprometerem menos com a escola, a terem notas baixas e resultados acadêmicos fracos, a abandonarem a escola cedo e a terem baixo desempenho geral em leitura, matemática e ciência. Esses também eram 8% mais propensos a informarem que a escola é um desperdício de tempo, e 5% mais prováveis de concordar que a escola fez pouco para prepará-los para a vida adulta, após deixarem a escola (OECD, 2013).

Devido a seus diferentes desafios na formação educacional, homens e mulheres enfrentam diferentes obstáculos ao entrar no mercado de trabalho. Essas diferenças se tornaram objeto de estudo para muitos pesquisadores. Por exemplo, Charles e Bradley (2002) demonstraram que, mesmo com ganhos consideráveis na educação, as mulheres continuam a ter resultados desiguais no mercado de trabalho. Já Anker (1998) aponta que a segregação ocupacional de gênero, associada às diferenças educacionais, leva a rigidez do mercado de trabalho, pois reduz consideravelmente a capacidade do mercado de trabalho de responder às mudanças e aumenta as diferenças salariais.

O objetivo dessa monografia é, portanto, sintetizar a literatura acerca das desigualdades de gênero na educação e seus impactos para o mercado de trabalho, bem como estudar como os economistas apresentam os fundamentos teóricos para a existência dessa relação. Esse estudo apresenta grande relevância para as políticas públicas e para o desenvolvimento econômico, pois compreender o que leva aos diferenciais entre os estudantes pode promover a formulação de políticas educacionais que busquem a redução das desigualdades de gênero na escolarização e, conseqüentemente, a redução das disparidades no mercado de trabalho. Para alcançar o objetivo, este trabalho utilizou uma metodologia de revisão sistemática para uma síntese da literatura. Foram utilizados na pesquisa artigos acadêmicos publicados em periódicos da área da economia e relatórios de pesquisa de organismos internacionais.

A monografia está organizada em quatro seções, incluindo esta introdução e mais três capítulos. O capítulo 2 fala sobre as desigualdades de gênero na educação, tratando a questão da quantidade e da qualidade. O capítulo 3 mostra os impactos dos diferenciais educacionais de gênero sobre o mercado de trabalho, trazendo as diferenças no emprego, nas ocupações e nos salários. O capítulo 4 apresenta as considerações finais sobre este trabalho.

2 DIFERENCIAIS DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO: O PAPEL DA QUANTIDADE E DA QUALIDADE

Em se tratando das desigualdades educacionais de gênero, há várias dimensões que merecem ser estudadas. Por exemplo, pode-se verificar os diferenciais entre os gêneros nos indicadores de atendimento (taxas de matrícula e frequência à escola), como também nos indicadores de fluxo escolar (promoção, repetência, evasão). Tais indicadores são reconhecidos na literatura como indicadores de “quantidade da educação”. Contudo, os indicadores de “qualidade da educação” são também relevantes, como resultados de avaliações estudantis padronizadas, pois indicam a aprendizagem e as oportunidades que os indivíduos irão receber ao longo de seu ciclo de vida (CASTELLÓ-CLIMENT; HIDALGO-CABRILLANA, 2009; INEP, 2004; HANUSHEK; WOESSMANN, 2008). O objetivo desse capítulo é, portanto, abordar os padrões observados quanto aos diferenciais de gênero considerando o papel da quantidade e da qualidade na educação.

2.1 DESIGUALDADE DE GÊNERO E QUANTIDADE DE EDUCAÇÃO

Iniciando pelo papel da quantidade, apesar de haver muitos hiatos em relação aos níveis educacionais, já a partir do final do século XX, observou-se o aumento da escolaridade mundial. Muitos países, como o Brasil, atingiram a meta de acesso universal à educação primária (UNESCO, 2012). Barro e Lee (2013) estimaram, em 2010, que a população mundial com 15 anos ou mais tinha, em média, 7,8 anos de escolaridade, mostrando um aumento constante em relação aos anos anteriores de 1950 e 1980 com 3,2 e 5,3 anos de escolaridade, respectivamente. No entanto, ainda existem diferenças relativamente grandes entre os países. Nos países desenvolvidos, são estimados 11 anos de escolaridade, em contraste com 7,1 anos nos países em desenvolvimento.

No que diz respeito ao gênero, estudos mostram que, cada vez mais, as mulheres recebem maior escolarização que os homens de mesmo nível socioeconômico, em países desenvolvidos e em alguns países em desenvolvimento, como o Brasil. Contudo, tal mudança foi bastante recente. Em 2000, para os países da OCDE, os homens adultos apresentavam maiores taxas de escolaridade terciária

do que as mulheres adultas. No entanto, na última década, a hierarquia educacional de gênero se inverteu, sendo que 34% das mulheres alcançaram o ensino superior, enquanto 30% dos homens alcançaram o mesmo nível (OECD, 2015). Portanto, embora os meninos continuem a ter ligeira vantagem no acesso ao ensino primário em alguns países, diferenças entre os gêneros nos indicadores de quantidade de educação são observadas com o aumento dos níveis de ensino e estes mostram prejuízo para os jovens do sexo masculino (UNESCO, 2012).

O *World Atlas of Gender Equality in Education* do ano de 2012 aponta que as taxas de conclusão do ensino primário e do ensino secundário (inferior e superior) aumentaram significativamente ao longo da década de 2000, não havendo diferenças significativas entre os gêneros. Já no ensino terciário, as mulheres foram as principais beneficiárias do aumento das matrículas, com o número de matrículas de mulheres em instituições terciárias crescendo quase duas vezes mais rápido que o número dos homens, entre as décadas de 1970 e 2000 (UNESCO, 2012). Os resultados são semelhantes em pesquisas regionais. Segundo dados da Eurydice (2010), uma rede que fornece informações sobre sistemas e políticas educacionais na Europa, com base no *Eurostat*, o Gabinete de Estatísticas da União Europeia, um número semelhante de meninos e meninas frequenta e conclui a escolaridade obrigatória. No entanto, as meninas apresentam melhores indicadores de fluxo, deixando os meninos para trás. Essa tendência é menos visível no secundário inferior, mas bastante pronunciada, quando os alunos progredem para o ensino secundário superior.

Os indicadores de atendimento apresentados remetem a diferenças relacionadas ao fluxo escolar, como a repetência e a evasão. A Eurydice (2010) também aponta que mais rapazes do que meninas repetem um ou mais anos escolares, e estes, em 2009, constituíam aproximadamente 60% das repetições escolares da União Europeia. Em nível global, a média da proporção de alunos que repetem durante seus anos iniciais é de 4,6% entre as mulheres e de 5,2% entre os homens (UNESCO, 2012). Quanto à evasão educacional, as meninas parecem permanecer no sistema de ensino mais tempo do que os rapazes. Ainda, segundo dados da UNESCO *Institute for Statistics* (2012), o número de países com taxas de abandono masculinas mais altas é quase duas vezes maior que aqueles com taxas femininas mais elevadas. Em pesquisa com países da União Europeia, os dados apontam que os jovens do sexo masculino são mais propensos a abandonarem a

escola sem um diploma na Classificação Internacional Tipo da Educação 3 (CITE 3), equivalente ao ensino secundário superior (EURYDICE, 2010).

Quanto às causas dos diferenciais na quantidade da educação, o relatório da OCDE intitulado “ABC da Igualdade de Gênero” aponta três principais razões. A primeira está relacionada ao hábito da leitura. Os dados mostram que as meninas leem mais do que os meninos. A proficiência de leitura é a base sobre a qual todos os outros aprendizados são construídos. Quando os meninos não se saem bem em leitura, o desempenho em outros assuntos escolares também sofre. A segunda razão refere-se ao tempo dedicado às lições de casa. Em média, as meninas gastam cinco horas e meia por semana fazendo lição de casa, enquanto os meninos passam pouco menos de quatro horas e meia. Os pesquisadores sugerem que fazer tarefas preparadas pelos professores está vinculado ao melhor desempenho em matemática, leitura e ciência. Os meninos, ao que parece, passam mais do seu tempo livre no mundo virtual; eles são 17% mais propensos a jogar jogos online que as meninas; e também usam a internet com mais frequência. Já a terceira razão é relativa à pressão desempenhada pelos seus pares. Em seus anos escolares iniciais, muitos meninos acreditam que são muito bons para estar na escola, o que contribui para que eles sejam mais turbulentos na aula (OECD, 2015).

No que diz respeito ao hábito de leitura, um número crescente de estudos mostra que promover a leitura pode ter grande impacto em crianças e adultos e em seus futuros (CLARK; DEZOYA, 2011; CLARK; RUMBOLD, 2006). Clark e Rumbold (2006), por exemplo, identificam vários benefícios em ler por prazer, como as capacidades de leitura e de escrita e compreensão de texto e gramática. Esses autores também argumentam que ler por prazer pode ser uma maneira importante de ajudar a combater a exclusão social e aumentar os padrões educacionais. Ainda, evidências da OECD (2002) descobriram que o prazer de leitura é mais importante para a educação infantil de sucesso do que o *status* socioeconômico de sua família.

Em relação ao tempo dedicado às lições de casa, existem diferentes perspectivas de estudo. Enquanto alguns pesquisadores afirmam os benefícios das lições de casa, como: ajudar a desenvolver responsabilidades e habilidades para a vida; proporcionar oportunidades para aprender a lidar com dificuldades e distrações; e benefícios acadêmicos (CORNO; XU, 2004; COUTTS, 2004). Outros sugerem que não existe relação linear ou curvilínea consistente entre a quantidade de tempo gasto na lição de casa e o nível de realização acadêmica da criança

(KAHN, 2006). Sobre o tempo gasto dos meninos, autores relatam que os alunos que jogam jogos de vídeo excessivamente podem não se concentrar em seu trabalho na escola (FERGUSON, 2011) e podem estar menos dispostos a gastar tempo no trabalho escolar em casa (CUMMINGS; VANDERWATER, 2007).

Outro ponto a ser relatado está relacionado às atitudes na escola e às noções da sociedade quanto aos comportamentos "masculinos" e "femininos". Estudos sugerem que, para muitos meninos, não é aceitável estar interessado no trabalho escolar. Para Salisbury, Rees e Gorard (1999), os meninos adotaram um conceito de masculinidade que inclui o desrespeito pela autoridade, pelo trabalho acadêmico e pela realização formal. Os mesmos autores sugerem que a motivação dos meninos na escola se dissipa a partir dos oito anos de idade, e que aos 10 ou 11 anos, 40% dos meninos pertencem a um dos três grupos: o "descontente", o "desapontado" e o "desaparecido". Com isso, embora um menino possa entender o quão importante é estudar e alcançar bons resultados na escola, ele escolherá o contrário para não ser excluído por seus colegas de classe (VAN HOUTTE, 2004).

Quando os alunos se mostram indiferentes à escola, eles representam o seu desinteresse com mau comportamento: atrasam-se ou ausentam-se em aulas e em dias de escola. O PISA do ano de 2012 também aponta que meninos também parecem ser mais suscetíveis do que as meninas a se atrasarem para a escola e a perder as aulas ou os dias de escola. Nos países pesquisados, as meninas eram menos propensas do que os meninos a informar que tinham se atrasado para a escola nas duas semanas antes do teste PISA. Tais atitudes levam a perda de oportunidades de aprendizagem, que corroboram para que os jovens do sexo masculino tenham menor desempenho nas aulas e, conseqüentemente, notas baixas. Tudo isso provoca desânimo e descontentamento, levando a um círculo vicioso (OECD, 2015).

Dessa forma, conclui-se que os jovens do sexo masculino apresentam dificuldades educacionais, quando são avaliados os indicadores de quantidade. Este prejuízo na educação, motivado em conjunto pelos hábitos dentro e fora da escola e pelas influências culturais e sociais da sociedade, leva à desmotivação masculina quanto aos assuntos educacionais e, conseqüentemente, à repetição de anos e ao abandono escolar.

2.2 DESIGUALDADE DE GÊNERO E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Apesar do prejuízo para os jovens do sexo masculino em termos de indicadores de quantidade da educação descritos na seção anterior, ao analisar os indicadores de qualidade da educação dos jovens, podemos observar que existem outras lacunas a serem destacadas. O economista Lant Pritchett (2001) relata que os anos de escolaridade não refletem a aprendizagem. Portanto, é a qualidade da escolaridade que está fortemente associada ao progresso educacional e à economia do crescimento. O mesmo autor ainda aponta que, devido às diferenças de qualidade entre os países, um ano adicional de escolaridade em um país não significa o mesmo para outro, em termos de formação de capital humano. Hanushek e Woessmann (2008), utilizando avaliações internacionais diretas de habilidades cognitivas, verificaram que o aumento do desvio-padrão na média das pontuações de leitura e de matemática está associado ao substancial aumento de dois pontos percentuais no crescimento anual do PIB per capita, mesmo mantendo constantes os anos médios de escolaridade.

Os indicadores de qualidade de educação estão divididos em avaliações das instituições de ensino e avaliações de desempenho dos estudantes. Como este trabalho relata as disparidades de gênero na educação, os indicadores de qualidade são tratados do ponto de vista do desempenho dos estudantes. Para medir a qualidade do ensino superior no Brasil, o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) utiliza o conceito obtido a partir dos resultados do ENADE como método de avaliação de desempenho de estudantes. Desse modo, como método de avaliação de desempenho de estudantes, são utilizados os resultados de avaliações regionais e globais, como o PISA, o NAEP e o TIMSS.

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes 2015 avaliou até que ponto os alunos de 15 anos, perto do final do ensino obrigatório, adquiriram conhecimentos e habilidades essenciais para a plena participação nas sociedades modernas. Essa avaliação centra-se nas principais matérias da escola: ciência, leitura e matemática. Nos testes de Ciência, em média, nos países da OCDE, o desempenho médio dos meninos é 4 pontos mais alto que o das meninas. Os meninos pontuam significativamente acima das meninas, em média, em 24 países e as meninas pontuam significativamente acima dos meninos, em média, em 22 países. Para os testes de Leitura, o PISA encontrou consistentemente que, em todos

os países, as meninas superaram os meninos. Em 2015, em média, nos países da OCDE, as meninas superaram os meninos na leitura por 27 pontos. Já nos testes de Matemática, em média, os meninos superaram as meninas em oito pontos. A vantagem dos meninos na média é estatisticamente significativa em 28 países, e é maior em países como a Áustria, o Brasil, Argentina e o Chile, nos quais a pontuação média dos meninos é superior à das meninas em mais de 15 pontos.

King e Winthrop (2015) analisaram a distribuição de gênero por níveis de competência em avaliações internacionais e regionais e essas revelaram um padrão interessante. Em compreensão de leitura, as meninas estão sub-representadas nos baixos níveis de realização e representadas igualmente, ou sobre-representadas, nos altos níveis de realização. Já em matemática, em média, as meninas estão sobre-representadas nos baixos níveis de competência em relação aos meninos e sub-representadas nos altos níveis de realização, mostrando grande disparidade neste campo de estudo.

As diferenças de desempenho escolar influenciam a escolha dos alunos sobre os assuntos que irão estudar, o que normalmente acontece no ensino secundário superior, levando a maiores disparidades, à medida que o nível de educação aumenta (UNESCO, 2017). Com a idade, as meninas parecem perder o interesse pelas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM) mais do que os meninos (MARGINSON; TYTLER; FREEMAN; ROBERTS, 2013 apud UNESCO, 2017). Desta maneira, o padrão de gênero se torna ainda mais claro no ensino superior. Em todo o mundo, apenas 30% das estudantes do ensino superior escolhem os campos de estudo relacionados às áreas da CTEM, sendo que a taxa de matrícula dos estudantes femininos é particularmente baixa em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) (3%), Ciências Naturais, Matemática e Estatística (5%) e Engenharia, Produção e Construção (8%), sendo esta mais alta na área de Saúde e Bem-estar (15%) (UIS, 2016).

Um crescente corpo de literatura em economia, e outras ciências sociais, descobriu que as diferenças de gênero nos resultados escolares são mutáveis e podem ser influenciadas pela família, pelos professores, pela cultura, pelos estereótipos e pelos modelos, ao longo do processo escolar. As crenças sobre a própria capacidade em matemática podem também influenciar as escolhas relacionadas às CTEM (ECCLES; JACOBS, 1986). Alguns estudos descobriram que as meninas classificam sua própria habilidade como inferior à dos meninos já no

primeiro ano da escola primária, mesmo quando seu desempenho real não é diferente do dos meninos (HERBERT; STIPEK, 2005). Desta forma, os professores e a família são contribuintes importantes para os estereótipos de gênero, podendo ter uma influência negativa no desempenho das meninas (KAHN; GINTHER, 2017).

Os estereótipos de gênero na família contribuem para as diferenças de gênero no desempenho de matemática, transmitindo-as por gerações. Eccles e Jacob (1986) descobriram que a preconceção das mães sobre a matemática influenciava suas percepções sobre as habilidades de seus filhos. Quando havia estereótipo de gênero familiar, a avaliação das mães sobre o desempenho de suas filhas era menor que a avaliação do professor. Ainda, Furnham, Reeves e Budhani (2002) verificaram os pais estimavam "QI" matemáticos mais baixos para suas filhas. Os pais estimaram, em média, 110 para seus filhos e 98 para suas filhas; as mães estimaram 110 para filhos e 104 para filhas.

Os estereótipos de gênero também podem ser observados na escola. Cvencek, Meltzoff e Greenwald (2011) observaram que, no ensino secundário, meninos e meninas tinham estereótipos implícitos e explícitos que associavam matemática ao "masculino". Na idade escolar, os meninos também se associaram com matemática e associaram as meninas com a leitura. Os professores também tendem a rotular a matemática como domínio masculino e superestimam a habilidade dos meninos em relação à das meninas (HELWIG; TINDAL, 2001). Já Mutekwe e Modiba (2013) apontam para os estereótipos de gênero incorporados nos livros didáticos e nos currículos escolares através de um estudo realizado no Zimbábue. Observa-se que, nos livros didáticos, a representação visual de determinadas profissões é frequentemente associada a um gênero. Por exemplo, a imagem de "cientista" é normalmente retratada em um homem.

Os padrões culturais também podem afetar as relações com a matemática e, portanto, o desempenho escolar. Guiso et al. (2008) analisaram a associação entre as pontuações de matemática e leitura e índices de igualdade de gênero para estudantes em quarenta países. Esses autores descobriram que a diferença de pontuação em matemática desaparece em países com maior igualdade de gênero. Já quanto à leitura, a vantagem na pontuação aumenta das meninas, quanto maior a igualdade de gênero. A escolha das mulheres também é influenciada por fatores como: a ideia de compatibilidade da identidade feminina com certas áreas da CTEM; o ambiente e as condições de trabalho; e as obrigações familiares. Por exemplo, as

meninas podem considerar não escolher caminhos educacionais nos quais levem à ocupações que poucas mulheres estão empregadas ou à ocupações consideradas pouco compatíveis com a vida familiar.

Com base na literatura apresentada nesse capítulo, conclui-se que, quando são avaliados os indicadores de qualidade da educação, jovens do sexo feminino apresentam dificuldade em disciplinas como matemática e ciência, apesar de apresentarem bom desempenho educacional geral. No entanto, diversos estudos verificaram que essas disparidades de gênero no desempenho acadêmico, que culminam em escolhas estereotipadas, não são determinadas por diferenças inatas em habilidade, são influenciadas por valores culturais, pela família e pelo ambiente escolar.

3 DIFERENCIAIS EDUCACIONAIS DE GÊNERO E SEUS IMPACTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO

As disparidades de gênero na força de trabalho são um dos mais urgentes desafios sociais e do mercado de trabalho enfrentados pela comunidade global. As mulheres são menos propensas do que os homens a participarem do mercado de trabalho e, quando participam, se deparam com maior nível de dificuldade em conseguir um emprego. Quando empregadas, as mulheres estão frequentemente sujeitas a várias desigualdades no local de trabalho. O objetivo deste capítulo é, portanto, relacionar os diferenciais educacionais de gênero com as diferenças quanto ao emprego, quanto às ocupações e quanto aos salários.

3.1 DESIGUALDADE EDUCACIONAL DE GÊNERO E EMPREGO

As economias dos países dependem da oferta de trabalhadores qualificados. Embora ainda existam oportunidades de emprego para pessoas com qualificações mais baixas, essas têm maior risco de estarem desempregadas ou fora do mercado de trabalho, em períodos de estabilidade econômica, e seus ganhos são mais baixos. O economista Mincer (1991) afirma que maiores resultados educacionais diminuem a probabilidade de os indivíduos estarem desempregados. Dessa forma, conforme observado por Nickell (1979) e Ashenfelter e Ham (1979), a educação é relevante, não só porque produz salários mais altos, mas também porque aumenta a probabilidade de emprego remunerado. Outro ponto a ser relatado é que a educação pode aumentar a capacidade dos indivíduos para lidarem com situações de mudança, aumentando a empregabilidade em tempos de transformações tecnológicas rápidas (SCHUTZ, 1975). Resultados de pesquisa do ano de 2016 reforçam estudos anteriores. Os dados apontam que, em média, nos países da OCDE, a taxa de emprego é aproximadamente 85% para adultos (25 a 64 anos de idade) com qualificação do ensino terciário, 75% para adultos com qualificação de ensino secundário superior e menos de 60% para adultos que não completaram o ensino secundário superior. Ou seja, em média, obter um ensino superior aumenta em nove pontos percentuais a taxa de emprego (OECD, 2017).

As taxas de emprego ainda variam de acordo com o gênero entre níveis educacionais. Nos países da OCDE, em média, apenas 66% das mulheres estão empregadas em comparação com 80% dos homens. No entanto, diferença entre as taxas de emprego de homens e mulheres diminui na medida em que o nível de escolaridade aumenta. Segundo Relatório *Education At a Glance 2015*, as diferenças nas taxas de emprego são maiores entre os adultos com níveis de educação mais baixos: a diferença é de cerca de 20 pontos percentuais entre homens e mulheres com ensino secundário inferior (65% para homens e 45% para mulheres); cerca de 15 pontos percentuais entre homens e mulheres com ensino secundário superior (80% para homens e 66% para mulheres); e cerca de 10 pontos percentuais entre homens e mulheres com educação terciária (88% para homens e 79% para mulheres) (OECD, 2015b). Portanto, observa-se que os retornos para homens com formação superior são, em média, mais elevados que aqueles para mulheres de nível superior, pois apesar de uma maior proporção de mulheres ter concluído a educação terciária, como exposto anteriormente, as taxas de emprego entre as mulheres com formação superior ainda são consideravelmente inferiores às dos homens.

Atualmente, a taxa global de desemprego para as mulheres é de 6,2%, representando uma diferença de 0,7 pontos percentuais da taxa de desemprego masculino que é 5,5% (ILO, 2017). Para adultos dos países da OCDE, em 2013, entre com qualificações abaixo do ensino secundário, em média, as taxas de desemprego foram muito semelhantes para mulheres e homens. Já entre os adultos com ensino secundário superior ou pós-secundário não-terciário, as taxas de desemprego são maiores para as mulheres do que para os homens. Essa situação se repete entre os adultos de educação terciária (OECD, 2015b).

TABELA 1 – TAXA DE DESEMPREGO, POR NÍVEL EDUCACIONAL E GÊNERO, NOS PAÍSES DA OCDE - 2013

NÍVEIS DE ENSINO	MULHERES	HOMENS	TOTAL
Abaixo do Secundário Superior	13,7%	14,1%	13,7%
Secundário Superior ou Pós-Secundário Não-Terciário	9,0%	7,6%	8,1%
Terciário	5,7%	4,9%	5,3%
Todos os níveis	8,0%	7,6%	7,8%

Fonte: Adaptada de OECD (2015b).

Observa-se, portanto, que as diferenças de gênero nas taxas de desemprego são, em média, menos pronunciadas do que as taxas de emprego. Isso mostra que as diferenças de gênero no emprego podem ser o resultado de mais mulheres fora da força de trabalho, provavelmente devido a papéis tradicionais em relação à unidade familiar. Segundo dados do *International Labour Office*, em 2017, a taxa de participação da força de trabalho feminina é 49,4%, sendo 26,7 pontos percentuais inferior à taxa para homens (ILO, 2017). Ou seja, embora as mulheres tenham menores probabilidades de participar da força de trabalho, quando participam, são mais propensas do que os homens a estarem desempregadas.

As taxas de emprego e inatividade ainda variam de acordo com o campo de estudo. Em média, nos países da OCDE, a taxa de emprego é mais baixa para graduados em Artes e Humanidades, Ciências Sociais e Jornalismo e Informação (81%); e mais alta para graduados em Tecnologia da Informação e Comunicação (88%). Os campos CTEM são tradicionalmente considerados importantes para promover a inovação e o crescimento econômico. Com isso, profissionais com formação superior em CTEM se beneficiam de taxas de emprego mais elevadas que os seus pares com qualificação em Artes e Humanidades, Ciências Sociais e Jornalismo e Informações (OECD, 2017). Quanto às taxas de inatividade, verifica-se que os graduados em Educação e os graduados em Engenharia, Produção e Construção possuem taxas muito diferentes, 14% e 9%, respectivamente. Essas diferenças também refletem o viés de gênero, pois as taxas de emprego mais baixas e as taxas de inatividade mais altas tendem a ocorrer em áreas com maior proporção de mulheres: por exemplo, 19% das mulheres e 6% dos homens têm um diploma em educação, enquanto 28% dos homens e 6% de mulheres têm licenciatura em engenharia, produção e construção (OECD, 2017).

Conclui-se, portanto, que as mulheres estão em desvantagem no emprego, pois, apesar de mais escolarizadas, apresentam taxas de emprego mais baixas. Estas também apresentam menores taxas de participação da força de trabalho e maiores taxas de inatividade, pois são influenciadas pelos estereótipos de gênero culturais e sociais.

3.2 DESIGUALDADE EDUCACIONAL DE GÊNERO E OCUPAÇÃO

Apesar dos ganhos lentos, mas constantes, em emprego, as diferenças de gênero persistem nas ocupações. As mulheres são frequentemente empregadas em setores de baixa remuneração e em setores dominados por mulheres e ainda enfrentam desafios específicos de gênero para avançar em suas carreiras (OECD, 2017b). A segregação ocupacional por gênero afeta a vida profissional de várias maneiras. Além de diminuir a qualidade do emprego, essa segregação restringe as opções do mercado de trabalho para os indivíduos; afeta a oferta de trabalho e, portanto, a remuneração do trabalho; e aumenta os diferenciais de pagamento (ANKER; MELKAS; KORTEN, 2003).

O mercado de trabalho é marcado por segregação horizontal e vertical. A segregação horizontal significa que indústrias ou setores específicos do mercado de trabalho são constituídos principalmente de um gênero. A segregação vertical, por outro lado, ocorre quando as oportunidades de progressão na carreira são reduzidas para um gênero específico. Ela existe em todos os setores, amplia ainda mais as disparidades salariais entre homens e mulheres e, portanto, a diferença de gênero nos ganhos, ao longo da vida. As causas da segregação ocupacional estão relacionadas com diversos fatores sociais, econômicos, culturais e históricos como, por exemplo: normas sociais e percepções estereotipadas em relação ao gênero, vida familiar, responsabilidades familiares e vida profissional; educação e formação profissional; estrutura do mercado de trabalho; e discriminação no acesso e no trabalho. Como este trabalho trata das desigualdades educacionais entre os gêneros, são correlacionadas à segregação ocupacional as questões educacionais. No entanto, é o conjunto desses fatores que determina a extensão e os padrões de segregação ocupacional em todo o mundo.

A influência da educação nas ocupações do mercado de trabalho está relacionada tanto ao nível de estudo, quanto ao campo de estudo escolhido. Pesquisas transnacionais indicam que os países com níveis mais elevados de segregação educacional por gênero tendem a ter níveis mais elevados de segregação ocupacional no mercado de trabalho (BUCHMANN; CHARLES, 1995 apud KAHN; GINTHER, 2017). Em relação ao campo de estudo, Borghans e Groot (1999) apontam que a segregação nos tipos de postos de trabalho de mulheres e homens e a segregação nos tipos de disciplinas ou cursos de meninas e meninos

estão interligadas. Quanto aos níveis educacionais, maiores níveis de escolaridade têm grande influência que vai além do efeito da escolha campo de estudo, pois as altas qualificações podem funcionar como uma "alavanca" para garantir a entrada feminina em ocupações anteriormente dominadas pelos homens (CROMPTON; SANDERSON, 1990 apud KAHN; GINTHER, 2017).

Ainda nos dias atuais, homens e mulheres são susceptíveis de trabalhar em diferentes setores e ocupações. Embora o número de mulheres no mercado de trabalho tenha aumentado ao longo dos últimos vinte anos, estudos apontam que o acesso das mulheres a certos setores ocupacionais é limitado e em outros permanece exagerado. As mulheres continuam mais representadas no setor de serviços, especificamente, em áreas como varejo, saúde e trabalho social: em 2015, 84% das mulheres empregadas trabalhavam no setor de serviços (60,7% de homens), 11,6% na indústria (32,6% de homens); e 4% na agricultura (6,3% de homens) (OECD, 2017b). Os dados são semelhantes para pesquisas regionais. Segundo a *European Working Conditions Survey*, em 2012, as mulheres estavam sobre-representadas em setores como saúde (77%), educação (67%) e serviços (80%), enquanto os outros setores eram dominados pelos homens, como construção (91%), transporte (80%), indústria (69%) e agricultura (65%) (BURCHELL et al., 2014). Já para os Estados Unidos, estudos apontam que, em 2010, as mulheres representavam 79% da força de trabalho de saúde e serviços sociais e 68,6% da força de trabalho dos serviços educacionais e representavam apenas 43,2% do setor de serviços profissionais, técnicos e científicos e 8,9% do setor de construção (DOL, 2011).

A segregação nos postos de trabalho é, muitas vezes, influenciada pelos papéis e expectativas tradicionais de gênero que motivam a escolha dos assuntos que jovens homens e mulheres estudam em escolas e universidades. Consequentemente, essa segregação pode intensificar os estrangulamentos no mercado de trabalho. A evidência mostra que a falta de mão de obra aparece em ocupações segregadas (EUROPEAN COMMISSION, 2014). Por exemplo, a baixa proporção de mulheres nos campos de estudo e ocupações da CTEM traz um impacto significativo, visto que os graduados desses campos têm grande procura no mercado de trabalho. Uma vez que as meninas e as mulheres estão significativamente sub-representadas nas áreas da CTEM na escola, na universidade e na vida profissional, parece razoável concluir que existe um talento

potencial entre as meninas que não está sendo totalmente explorado. Tal potencial que poderia ajudar a enfrentar várias falhas existentes nessas áreas (DELOITTE, 2016).

A análise da segregação de gênero nas escolhas educacionais e os resultados do mercado de trabalho geralmente se concentra na sub-representação das mulheres nas profissões nas áreas da CTEM. No entanto, existem também relevantes hiatos de gênero no campo da educação, nos quais os homens são minoria. Indicadores publicados pela OCDE no Relatório *Education At A Glance* de 2016 mostram que as mulheres constituem a maior parte dos professores da escola primária. Os homens representavam, em média, apenas 18% dos professores do ensino primário. Observou-se também que, à medida que o nível de educação aumenta, a proporção de professores masculinos também aumenta. Os professores do sexo masculino representavam 32% dos professores do ensino secundário inferior, 42% dos professores do ensino secundário superior e 47% dos professores do ensino superior (OECD, 2016). Portanto, a baixa motivação dos jovens do sexo masculino e falta de envolvimento na escola, discutida no capítulo anterior, pode estar relacionada com a feminização percebida da profissão docente e os métodos de ensino. Dessa forma, presença de professores do sexo masculino pode dar aos meninos um ambiente de aprendizagem mais afirmativo em que podem ser modelos positivos (OECD, 2017b).

As mulheres enfrentam, ainda, barreiras para ascender em suas carreiras: o chamado “teto de vidro”. Essas estão consistentemente sub-representadas em posições de destaque e são mais propensas a trabalharem em empregos na parte inferior do mercado de trabalho. Nos países da OCDE, a representação feminina em altos cargos e em empreendedorismo permanece baixa. Por exemplo, no período de 2008 a 2012, a participação das mulheres entre os CEOs nas 500 empresas da *Standard e Poor's* manteve-se em 4%. Nos 27 países da União Europeia, apenas 25% dos empresários com empregados são mulheres. Em 2012, apenas cerca de 20% dos assentos parlamentares nacionais em todo o mundo eram ocupados por mulheres. E quando as mulheres assumem posições mais altas em cargos públicos, são mais propensas a ocupar ministérios com foco sociocultural do que aqueles com funções estratégicas e econômicas (OCDE, 2012).

Observa-se que a segregação de gênero na escolha de carreira resulta em perda de talentos tanto para o indivíduo, como para a sociedade. As mulheres são

as mais prejudicadas por esta segregação, pois sofrem não só pela segregação horizontal, mas também pela vertical. No entanto, os homens também apresentam segregação em algumas áreas.

3.3 DESIGUALDADE EDUCACIONAL DE GÊNERO E SALÁRIOS

Como visto anteriormente, níveis mais elevados de educação geralmente se traduzem em melhores oportunidades de emprego e também em maiores ganhos. Portanto, pessoas com qualificações mais elevadas são geralmente mais propensas a verem seus ganhos aumentarem, ao longo do tempo, e pessoas com qualificações mais baixas, além de possuírem ganhos mais baixos no início de suas carreiras, tendem também a ver seus ganhos diminuírem com a idade (OECD, 2017). O impacto da educação sobre os salários vêm sendo objeto de estudo de diversos economistas (ASHENFELTER; HARMON; OOSTERBEEK, 1999; CARD, 1999). Os resultados empíricos tipicamente documentam uma diferença salarial substancial entre trabalhadores de alto e baixo nível de escolaridade. Além disso, esses mostram que, entre os anos de 1970 e 1998, essa diferença aumentou (HARMON; OOSTERBEEK; WALKER, 2003; PICKETTY; SAEZ, 2003).

Em estudos sobre a influência da escolaridade nos ganhos, ao longo da vida, Psacharopoulos e Patrinos (2004) verificaram que um ano adicional de escolaridade tende a aumentar entre 5% e 15% o salário de um trabalhador. O relatório da OCDE, *Education At A Glance 2017*, aponta as diferenças de rendimento entre adultos com diferentes níveis educacionais. Nos países da OCDE, os adultos entre 25 e 64 anos de idade, sem ensino secundário, ganham, em média, 22% menos do que aqueles com ensino secundário superior para o emprego em tempo parcial ou integral, enquanto aqueles com ensino terciário possuem 56% de vantagem. Entre os adultos de ensino superior, as vantagens relativas dos ganhos aumentam com maiores níveis de qualificação. Em média, nos países da OCDE, os indivíduos com educação terciária de ciclo curto ganham aproximadamente 22% a mais do que aqueles com ensino médio superior. Já os indivíduos com mestrado, doutorado ou equivalente ganham duas vezes mais (OECD, 2017). Observa-se, portanto, que as diferenças entre os indivíduos com ensino superior e aqueles com ensino secundário superior

são maiores do que as diferenças entre adultos sem ensino secundário e aqueles com ensino secundário.

Quanto às desigualdades salariais de gênero, observa-se que estas seguem o mesmo padrão de nível educacional anterior, quanto maior a sua obtenção educacional, maiores são as diferenças nos ganhos. No entanto, em média, as mulheres ganham menos do que os homens, independentemente da sua obtenção educacional. Em média, nos países da OCDE, os salários das mulheres entre 25 a 64 anos de idade com escolaridade superior são apenas 68% dos homens com formação superior. A diferença de gênero persiste, mesmo quando contabiliza o fato de que mais mulheres do que homens trabalham em tempo parcial: as mulheres com um diploma de nível superior que trabalham em tempo integral ganham apenas 74% do valor recebido por homens de nível superior que trabalham em tempo integral. A diferença de gênero é ligeiramente menor entre as mulheres e os homens com secundário inferior e para o ensino secundário (os ganhos das mulheres são de 78% dos homens para ambos os níveis) (OECD, 2017). Essa diferença nos ganhos entre homens e mulheres em todos os níveis de escolaridade pode estar relacionada às diferenças de gênero nos setores em que trabalham e aos tipos de ocupação, conforme pode ser visto a seguir.

As desigualdades salariais de gênero não podem ser explicadas apenas em termos de diferenças salariais. Deve-se reconhecer também que a lacuna de gênero nos salários ocorre, em certa medida, devido às diferenças nas vias de emprego seguidas por homens e mulheres. Essas vias que, por sua vez, são influenciadas por: escolhas acadêmicas nos anos iniciais de suas vidas; diferenças nos assuntos que irão estudar na escola; e pelas habilidades mais amplas que adquirem durante sua educação. As escolhas que os estudantes fazem antes da universidade têm profundo impacto no potencial de ganhos em sua futura vida profissional. Alguns tipos de trabalho são mais bem remunerados do que outros, e os homens são mais propensos a entrar em trabalho de melhor remuneração do que as mulheres devido às escolhas acadêmicas que fizeram no início da vida (DELOITTE, 2016). No contexto irlandês, McGuinness et al. (2009) verificaram que a segregação ocupacional representava cerca de 13% da diferença salarial entre homens e mulheres.

Baron e Cobb-Clark (2010) descobriram que o grau em que a segregação ocupacional contribui para as diferenças de remuneração entre homens e mulheres

difere entre trabalhadores com salários baixos e altos. As diferenças de remuneração entre os trabalhadores mais baixos foram mais do que explicadas por características relacionadas ao salário (como a educação e a experiência do mercado de trabalho), enquanto essas características pouco explicaram as diferenças de remuneração entre os indivíduos mais bem remunerados.

Apesar da ausência de justificativas, a diferença salarial de gênero entre as categorias ocupacionais mais bem remuneradas é bem clara. Em geral, para os países desenvolvidos, quanto maior o salário médio, maior a diferença nos salários. Nesses países, as diferenças salariais entre homens e mulheres são particularmente ampliadas em ocupações como gerentes e CEOs (ILO, 2017). Por exemplo, na Europa, as disparidades globais de remuneração entre homens e mulheres atingem cerca de 20%; No entanto, entre os CEOs, a diferença é duas vezes maior, em quase 40%, e continua a aumentar para 50% entre os 1% mais bem remunerados. Em outras palavras, dentro dos 1% mais bem remunerados, os CEOs do sexo masculino ganham duas vezes mais que os seus semelhantes femininos (ILO, 2016).

Mesmo não sendo objeto de estudo deste trabalho, é importante ressaltar que existe uma diferença salarial significativa associada ao gênero, para as mesmas ocupações e mesmo quando se controlam as características individuais, como a educação. A segregação ocupacional e as horas de trabalho reduzidas, em combinação com diferenciais na experiência de trabalho, explicam, em média, apenas de 30% da diferença salarial (ELBORGH-WOYTEK, et al., 2013). Um estudo da *Statistics Canada* revelou a persistência de uma diferença salarial considerável mesmo dentro da mesma ocupação e aponta para a discriminação de gênero como uma possível explicação, juntamente com as preferências das mulheres por posições mais flexíveis (como responsabilidades no cuidado da família) ou menor disposição a negociar seus salários ou a competir no trabalho - atributos considerados "masculinos" pela sociedade (MOYSER, 2017).

As desigualdades salariais de gênero estão claras na sociedade. As mulheres apresentam menores salários em todos os níveis educacionais. As diferenças se devem em parte pelas diferenças de ocupação que, por conseguinte, se devem às escolhas educacionais. No entanto, essas diferenças também se devem às discriminações de gênero, influenciadas pelos estereótipos da sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora muitos avanços educacionais e no mercado de trabalho tenham ocorrido no mundo desenvolvido e em desenvolvimento, ainda existem muitos hiatos de gênero a serem reduzidos. Essa monografia trouxe uma síntese da literatura econômica sobre as desigualdades educacionais de gênero, tanto do lado da quantidade, quanto do lado da qualidade, e seus impactos no mercado de trabalho, apresentando questões quanto ao emprego, às ocupações e aos salários. De maneira geral, a literatura sugere fortemente que as desigualdades educacionais apresentam correlação com esses indicadores, apesar de não serem a principal causa. Isto reforça a necessidade de ações pela difusão de informações na sociedade como um todo, de forma a reduzir os estereótipos e assegurar a igualdade de gênero na educação, proporcionando as mesmas oportunidades para homens e mulheres.

A igualdade de gênero não é apenas um direito humano fundamental. É também necessária para uma economia próspera e moderna que oferece um desenvolvimento sustentável e inclusivo. A igualdade de gênero é essencial para garantir que homens e mulheres possam contribuir plenamente em seus lares, no trabalho e na vida pública e para o melhoramento das sociedades e economias em geral.

As diferenças educacionais de gênero não são determinadas por diferenças naturais de habilidade, estas são influenciadas por diversos fatores sociais e culturais. Portanto, é necessário um forte empenho por parte dos pais, professores, políticos e formadores de opinião, para que meninos e meninas sejam capazes de empregar todo o seu potencial e contribuir para o crescimento econômico e o bem-estar de suas sociedades. Por exemplo, o treinamento de professores para reconhecer e abordar as diferenças entre estudantes, como gênero, níveis socioeconômicos e tradições étnicas ou culturais, os ajudará a se tornar professores mais efetivos e garantirá que todos os alunos aproveitem ao máximo seu potencial.

Quanto ao mercado de trabalho, observa-se que muitas desigualdades presentes são reflexos das atitudes e escolhas, ao longo da vida acadêmica. No entanto, também é necessária a implementação de mecanismos que eliminem as distorções próprias do mercado de trabalho e também a criação de condições equitativas para todos que oferecerão a oportunidade de desenvolver seu potencial

e participar da vida econômica de forma mais visível. Por exemplo, a promoção de uma divisão de tarefas igualitária nos lares, que proporcionaria às mulheres a possibilidade de manter suas carreiras. Embora as questões de gênero sejam integradas no quadro político geral de diversos países, as ações políticas podem, no entanto, desconsiderar os constrangimentos de conformidade do papel de gênero e as preferências pessoais muitas vezes moldadas por esse papel.

Desta forma, a menos que os meninos sejam encorajados a mudar os comportamentos que impedem o aprendizado e mais meninas possam ser encorajadas e habilitadas a fazer escolhas diferentes durante sua educação, e mais mulheres incentivadas a usar suas qualificações durante suas carreiras, as disparidades de gênero no mercado de trabalho persistirão por décadas. Desta forma, políticas públicas mais eficazes e mais pontuais são essenciais para avançar em direção à igualdade de gêneros na educação e no mercado de trabalho.

A relação entre educação e economia é vasta, existem diversas questões a serem respondidas. O objetivo do presente trabalho foi alcançado, porém existe muito espaço para novas abordagens, como nas áreas de pedagogia e de sociologia. Apesar de terem sido utilizadas literaturas dessas áreas, talvez trabalhos futuros tenham a possibilidade de proporcionar uma maior ênfase nesses campos.

REFERÊNCIAS

- ANKER, R. **Gender and jobs: Sex segregation of occupations in the world**. Geneva: International Labour Office, 1998.
- ANKER, R., MELKAS, H. e KORTEN, A. **Gender-based Occupational Segregation in the 1990s**. International Labour Organization, Working Paper 16, 2003.
- ASHENFELTER, O.; HAM, J. **Education, unemployment and earnings**. Journal of Political Economy, v. 87, n. 5, p. 99-116, 1979.
- ASHENFELTER, O.; HARMON, C.; OOSTERBEEK, H. **A Review of estimates of the schooling/earnings relationship, with tests for publication bias**. Labour Economics, 6(4): 453-470, 2000.
- BARON, J.D.; COBB-CLARK, D.A. **Occupational Segregation and the Gender Wage Gap in Private and Public Sector Employment: A Distributional Analysis**. The Economic Record, The Economic Society of Australia, 86(273): 227-246, 2010.
- BARRO, R.J.; LEE, J.W. **Sources of Economic Growth**. Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy, Vol. 40, pp. 1-46, 1994.
- BARRO, R.; LEE, J.W. **A new data set of educational attainment in the world, 1950-2010**. Journal of Development Economics, Elsevier, vol. 104(C), pages 184-198, 2013. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w15902>>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- BECKER, G.S. **Human capital a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. Third Edition, University Of Chicago, NBER, New York, 1994. Disponível em: <<http://papers.nber.org/books/beck94-1>>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- BORGHANS, L.; GROOT, L. **Educational presorting and occupational segregation**. Labour Economics 6, 375-395, 1999.
- BURCHELL, B.; HARDY, V.; RUBERY, J.; SMITH, M. **A new method to understand occupational gender segregation in European labour markets**. Report for the European Commission, 2014.
- CARD, D. The causal effect of education on earnings, in: ASHENFELTER, O.; CARD, D., **Handbook of labor economics**, Vol. 3, Amsterdam: Elsevier, 1999. p. 1801-1863.
- CASTELLÓ-CLIMENT, A.; HIDALGO-CABRILLANA, A. **Quality and Quantity of Education in the Process of Development**. Conference Paper, Maio, 2009.
- CIMPIAN, J.R.; LUBIENSKI, S.T.; TIMMER, J.D.; MAKOWSKI, M.B.; MILLER, E. K. **Have Gender Gaps in Math Closed? Achievement, Teacher Perceptions, and Learning Behaviors Across Two ECLS-K Cohorts**. AERA Open, 2(4), 2016. p. 1-19.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1177/2332858416673617>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

CHARLES, M.; BRADLEY, K. Equal but Separate? A Cross-National Study of Sex Segregation in Higher Education. **American Sociological Review**. Vol. 67, No. 4, 2002. p. 573-599. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/3088946>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

CLARK, C; DE ZOYSA, S. **Mapping the interrelationships of reading enjoyment, attitudes, behaviour and attainment**: An exploratory investigation. London: National Literacy Trust, 2011. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED541404.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

CLARK, C.; RUMBOLD, K. **Reading for Pleasure**: a research overview. The National Literacy Trust, 2006. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED496343.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

COUTTS, P.M. **Meanings of Homework and Implications for Practice**. Theory Into Practice, 43 (3), 2004. p. 182-188.

CORNO, L; XU, J. **Homework as the Job of Childhood**. Theory Into Practice, 43(3), 2004. p. 227-233.

CUMMINGS, H.M.; VANDERWATER, E.A. **Relation of adolescent video game play to time spent in other activities**. Archives of Pediatric and Adolescent Medicine, Vol. 161, 2007. p. 684-689.

CVENCEK, D.; MELTZOFF, A.N.; GREENWALD, A.G. **Math-Gender Stereotypes in Elementary School Children**. Child Development 82, 2011. p. 766–779.

DELOITTE. **Women in STEM**: Technology, Career Pathways and the Gender Pay Gap. London, 2016.

DEPARTAMENT OF LABOUR (DOL). **Women's employment during the recovery**. Washington, DC, 2011.

ECCLES, J.S.; JACOBS, J.E. Social Forces Shape Math Attitudes and Performance. **Signs**, Vol. 11, No. 2, 1986. p. 367-380. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3174058>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

ELBORGH-WOYTEK, K.; NEWIAK, M.; KOCHHAR, K.; FABRIZIO, S.; KPODAR, K.; WINGENDER, P.; CLEMENTS, B.; SCHWARTZET, G. **Women, work, and the economy**: macroeconomic gains from gender equity. International Monetary Fund, Setembro, 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **Mapping and Analysing Bottleneck Vacancies in EU Labour Markets**. Overview Report final, 2014.

EURYDICE. **Gender Differences in Educational Outcomes**: Study on the Measures Taken and the Current Situation in Europe. European Commission, 2010.

FERGUSON, C.J. **The influence of television and video game use on attention and school problems:** A multivariate analysis with other risk factors controlled, *Journal of Psychiatric Research*, Vol. 45, 2011. p. 808-813.

FURNHAM, A.; REEVES, E.; BUDHANI, S. **Parents think their sons are brighter than their daughters:** Sex differences in parental self-estimations and estimations of their children's multiple intelligences. *Journal of Genetic Psychology*, 2002.

GUIISO, L.; MONTE, F.; SAPIENZA, P.; ZINGALES, L. **Culture, gender, and math. Science.** Vol. 320, 2008. p. 1164–1165.

HANUSHEK, E.; WOESSMANN, L. **The role of cognitive skills in economic development.** Stanford, Calif: Stanford Inst. for Economic Policy Research, 2008. Disponível em: <<http://www-siepr.stanford.edu/papers/pdf/07-34.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

HARMON, C.; OOSTERBEEK, H.; WALKER, I. **The returns to education: microeconomics.** *Journal of Economic Surveys*, 17(2), 2003. p. 115-155.

INEP. **Dicionário de Indicadores Educacionais:** Fórmulas de Cálculo. Coordenação-Geral de Sistemas Integrados de Informações Educacionais. Brasília, fevereiro de 2004

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). **Global Wage Report 2016/17:** Wage inequality in the workplace. Geneva, 2016.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). **World Employment and Social Outlook:** Trends for women 2017, International Labour Office, Geneva, 2017.

KAHN, S.; GINTHER, D.K. **Women and Stem.** NBER Working Paper No. w23525, 2017. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2988746>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

KING, E.M.; WINTHROP, R. **Today's challenges for girls' education.** *Global Economy & Development Working Paper 90*, 2015.

MCGUINNESS, S.; KELLY., E.; CALLAN T.; O'CONNELL, P.J. **The Gender Wage Gap in Ireland:** Evidence from the National Employment Survey 2003. Dublin; The Equality Authority, 2009

MINCER, J. **Education and Unemployment.** NBER Working Papers No. 3838, 1991.

MOYSER, M. **Women and Paid Work.** Statistics Canada, March, 2017. Disponível em: <<http://www.statcan.gc.ca/pub/89-503-x/2015001/article/14694-eng.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

MUTEKWE, E.; MODIBA, M. Perceived GenderBased Challenges Endured by Zimbabwean Secondary School Girls in Their Academic and Occupational Prospects. **Perspectives in Education**, 3(1), 2013. p. 20-29.

NICKELL, S. **Education and the Lifetime Pattern of Unemployment**. The Journal of Political Economy, 87, 5, 1979. p. 117-131.

OECD. **Closing the Gender Gap: Act Now**. OECD Publishing, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264179370-en>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

OECD. **Education at a Glance 2015**: OECD Indicators, OECD Publishing, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2015-en>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

OECD. **Education at a Glance 2016**: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2016-en>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

OECD. **Education at a Glance 2017**: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2017-en>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

OECD. **The ABC of Gender Equality in Education: Aptitude, Behaviour, Confidence**. OECD Publishing, Paris, 2015.

OECD. **The Pursuit of Gender Equality: An Uphill Battle**. OECD Publishing, Paris, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264281318-en>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

OECD. **PISA 2012 Results: Ready to Learn (Volume III): Students' Engagement, Drive and Self-Beliefs**, OECD Publishing, Paris, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264201170-en>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

OECD. **Reading For Change: Performance And Engagement Across Countries, Results From PISA 2000**. OECD Publishing, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264099289-en>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

OSBORNE, J.F.; SIMON, S.; COLLINS, S. **Attitudes towards science**: A review of the literature and its implications. International Journal of Science Education, 25:9, 2003. p. 1049-1079, Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/0950069032000032199>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

PIKETTY, T.; SAEZ, E. **Income inequality in the United States, 1913-1998**. Quarterly Journal of Economics, 118(1), 2003. p. 1-39.

PRITCHETT, L. **Where has all the education gone?** The World Bank Economic Review. Vol.15, No.3, 2001. p. 367-391.

SALISBURY, J.; REES, G.; GORARD, S. **Accounting for the differential attainment of boys and girls**: A state of the art review. School Leadership and Management, Vol. 19/4, 1999.

SCHULTZ, P. **Why Governments Should Invest More to Educate Girls**. World Development, Vol. 30, No. 2, 2002. p. 207-225. Disponível em: <<http://www.econ.yale.edu/~pschultz/cdp836.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SCHUTZ, T.W. **O Valor Econômico da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

SCHUTZ, T.W. **The Value of the Ability to Deal with Disequilibria**. Journal of Economic Literature, Vol. 13, No. 3, 1975. p. 827-846

UNESCO INSTITUTE OF STATISTICS (UIS). **UIS Data Centre**. Montreal, UNESCO Institute of Statistics, 2016. Disponível em: <<http://data.uis.unesco.org/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

UNESCO. **World Atlas of Gender Equality in Education**. UNESCO, Paris, 2012;

UNESCO. **Cracking the code: girls' and women's education in science, technology, engineering and mathematics (STEM)**, Paris, 2017. Disponível em: <<http://www.unesco.org/library/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

VAN HOUTTE, M. **Why boys achieve less at school than girls: The difference between boys' and girls' academic culture**. Educational Studies, Vol. 30/2, 2004. p. 159-173.